

REIN VENTAR RIO

REINVENTAR O RIO • 2026

MANIFESTO

O Rio que vemos. O Rio que queremos.
O diagnóstico do estado, com dados e fontes públicas.

reinventarorio.com

NÓS, QUE FAZEMOS O RIO TODO DIA, RESOLVEMOS ESCREVER O RIO QUE QUEREMOS.

Somos criadores de conteúdo, trabalhadores e moradores do estado do Rio de Janeiro. Vemos todos os dias, nas nossas ruas e nas nossas telas, os problemas que a política demora a enxergar: a violência que mata dos dois lados, o trabalho sem direito, a comida que falta, a mulher desprotegida, a juventude sem porta de entrada, a casa sem título, o esgoto sem destino, a chuva que vira tragédia anunciada. E decidimos que apontar o problema não basta: é preciso conhecê-lo com rigor e apresentar o caminho.

Este manifesto é a primeira metade desse trabalho. Nas páginas a seguir está o nosso diagnóstico dos cinco maiores desafios do estado, construído com dados públicos e fontes citadas, e a visão de futuro que defendemos para cada um deles: onde estamos e onde queremos chegar.

A segunda metade tem documento próprio: as **20 propostas do nosso Documento de Compromisso**, todas calibradas para as competências reais de um mandato no Senado Federal, cada uma com seu instrumento legislativo e seu critério público de cobrança. As duas peças estão disponíveis em **reinventarorio.com**, onde qualquer pessoa pode ler, conferir as fontes e assinar o abaixo-assinado que acompanha tudo isso.

Não pedimos confiança cega a ninguém. Construimos um mecanismo de confiança verificável: quem assina, se compromete; quem se compromete, presta contas. O Rio já foi reinventado muitas vezes pela sua gente. É hora de a política acompanhar.

1

EIXO 1 DE 5

SEGURANÇA QUE ATACA O BOLSO DO CRIME E PROTEGE A PERIFERIA VIVA

O Rio registrou o menor número de homicídios da série histórica. E, no mesmo ano, o recorde de mortes em operações policiais.

reinventarorio.com

ONDE ESTAMOS

O Rio de Janeiro vive um paradoxo que resume a falência do modelo de segurança baseado no confronto.

De um lado, a violência geral recua: em 2025 o estado registrou 2.844 homicídios dolosos, o menor número da série histórica do Instituto de Segurança Pública (ISP), uma queda de 57% em relação ao pico de 2003. De outro, a letalidade do próprio Estado cresce na contramão: foram 797 mortes decorrentes de intervenção policial em 2025, alta de 13% sobre o ano anterior, segundo o mesmo ISP. O ano ficou marcado pela operação policial mais letal da história do Rio, a Operação Contenção, nos complexos do Alemão e da Penha, com 121 mortos. E a política do confronto também mata quem veste farda: 19 agentes de segurança perderam a vida em 2025.

Essa conta tem cor e endereço. No estado do Rio, cerca de 86% das pessoas mortas em intervenções policiais são negras, e as vítimas se concentram nas favelas da capital e da Baixada Fluminense. É o extermínio da juventude negra em números: a mesma juventude que morre como vítima da violência armada morre como vítima da violência de Estado.

Enquanto os corpos se acumulam nas duas pontas, as estruturas econômicas do crime seguem de pé. Milícias controlam parcela expressiva do território metropolitano, explorando transporte, gás, imóveis, internet e agiotagem. As facções demonstraram capacidade bélica de paralisar a segunda maior cidade do país, e a apreensão recorde de 920 fuzis em 2025 revela a dimensão do arsenal em circulação.

A boa notícia é que, pela primeira vez em muitos anos, existe um caminho nacional estruturado, e ele passa por Brasília:

- **Programa Brasil Contra o Crime Organizado.** Lançado pelo governo federal em maio de 2026, com R\$ 11 bilhões (R\$ 1 bilhão do Orçamento da União e R\$ 10 bilhões via BNDES para os estados), estruturado em quatro eixos: asfixia financeira das organizações criminosas, combate ao tráfico de armas, qualificação da investigação de homicídios e segurança no sistema prisional. Inclui a expansão das forças integradas (FICCOs), a criação da FICCO Nacional e os comitês de investigação financeira e recuperação de ativos (CIFRAs) nos estados.
- **PEC 18/2025 (PEC da Segurança Pública).** Aprovada pela Câmara em março de 2026 por ampla maioria, constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e os fundos da segurança, protegendo-os de contingenciamento e reforçando-os com parcela crescente da arrecadação sobre as apostas (10% em 2026, chegando a 30% permanentes em 2028) e com recursos do Fundo Social do pré-sal. A proposta chegou ao Senado em julho de 2026 e aguarda apreciação, exatamente na casa para a qual disputamos este mandato.

- **Plano Juventude Negra Viva.** A maior política pública da história do país voltada à juventude negra, coordenada pelo Ministério da Igualdade Racial com 18 ministérios, 11 eixos e mais de 200 ações para reduzir a violência letal e as vulnerabilidades. No estado do Rio, o território com maior concentração de juventude negra do país, a adesão ainda avança município a município.
- **ADPF 635 (ADPF das Favelas).** O processo de supervisão do STF sobre a letalidade policial no RJ segue vivo, com o Plano de Reocupação Territorial apresentado pelo estado e inquérito da Polícia Federal sobre as finanças do crime, exigindo fiscalização política permanente.

Fontes principais: ISP/RJ (balanço 2025); Planalto e Ministério da Justiça (Programa Brasil Contra o Crime Organizado, maio de 2026); Câmara e Senado (tramitação da PEC 18/2025); Ministério da Igualdade Racial (Plano Juventude Negra Viva); STF (ADPF 635).

ONDE QUEREMOS CHEGAR

Queremos um Rio em que segurança pública signifique proteger vidas, todas as vidas: a do jovem negro da favela, a do trabalhador no transporte, a do policial.

Em termos concretos:

1. O crime organizado atacado onde dói, no dinheiro e no fuzil: patrimônio bloqueado, lavagem rastreada, negócios ilegais desmontados e a fronteira fechada para o arsenal.
2. A letalidade policial caindo de forma sustentada, ano após ano, porque o sucesso de uma operação passa a ser medido em prisão qualificada, apreensão e desarticulação financeira, e não em corpos.
3. O fim do extermínio da juventude negra tratado como meta nacional mensurável, com o Rio saindo da liderança desse ranking da vergonha.
4. Polícias comandadas por critério técnico, não por conveniência política, com profissionais valorizados, concursados e cuidados.
5. O território retomado do crime ocupado por serviço público, escola, saúde, emprego e cultura, e não apenas por blindado: a periferia viva.

2

EIXO 2 DE 5

TRABALHO, RENDA E O RIO QUE VOLTA A PRODUZIR

Segunda maior economia do país, uma das maiores taxas de desemprego. E o fim da escala 6x1 esperando voto no Senado.

reinventarorio.com

ONDE ESTAMOS

O Brasil vive o melhor momento de emprego da sua história recente, com a menor taxa de desocupação da série histórica da PNAD Contínua em 2025 (5,6% no ano). O Rio de Janeiro, porém, anda na contramão do país: dono da segunda maior economia nacional, com 11,4% do PIB, o estado registrou 9,3% de desocupação no primeiro trimestre de 2025, entre as maiores taxas do Brasil, com informalidade na casa dos 37%. E o contraste que revela tudo: o rendimento médio fluminense está entre os três maiores do país (R\$ 4.177). O Rio não é um estado pobre; é um estado profundamente desigual, em que a riqueza do petróleo, do porto e dos serviços não se converte em oportunidade para a maioria.

Essa desigualdade tem rosto e rotina. É a trabalhadora do comércio e dos serviços presa na escala 6x1, com um único dia para viver a própria vida. É o motorista e o entregador de aplicativo na escala 7x0, trabalhando mais e ganhando menos: segundo o IPEA, o rendimento médio dos motoristas caiu de cerca de R\$ 3.100 (2012-2015) para menos de R\$ 2.400 em 2022, sem piso, sem previdência efetiva e sem defesa contra bloqueios. É a doméstica e a diarista, categoria que carrega a biografia de milhões de fluminenses, ainda majoritariamente sem carteira dez anos depois da lei que prometeu mudar sua vida. E é o metalúrgico do estaleiro e o operário da construção que viram cadeias inteiras de emprego qualificado desmontadas na crise que se abateu sobre o estado a partir de 2015 e nunca foram plenamente recompostas.

A conjuntura, porém, virou, e as três maiores disputas do trabalho brasileiro passam agora exatamente pelo Senado:

- **O fim da escala 6x1 chegou ao Senado.** Em maio de 2026, a Câmara aprovou em dois turnos, por 461 votos a 19, a PEC que acaba com a escala 6x1: jornada máxima de 40 horas semanais em cinco dias de trabalho e dois de descanso, sem qualquer redução de salário, com transição gradual. A proposta agora tramita no Senado, a casa deste mandato.
- **A regulamentação do trabalho por aplicativo segue travada.** O PLP 12/2024 (motoristas) e o PLP 152/2025 (entregadores) continuam em comissão especial na Câmara, sem previsão de votação, enquanto milhões trabalham sem direitos.
- **O Pix virou questão de soberania nacional.** O sistema público e gratuito que bancarizou o país foi alvo de investigação comercial e sobretaxas dos Estados Unidos, sob pressão dos interesses das bandeiras de cartão. Defender o Pix gratuito deixou de ser pauta técnica: é defender a renda de quem mais precisa dele e a soberania da infraestrutura financeira brasileira.

E há a agenda do futuro produtivo: os portos de Itaguaí e do Açu, a ferrovia que os alimenta, a indústria naval e a transição energética formam a espinha de um novo ciclo de emprego qualificado no estado, desde que os investimentos federais cheguem com contrapartida de contratação local.

Fontes principais: IBGE/PNAD Contínua (2025); IPEA (rendimento de motoristas de aplicativo); Câmara dos Deputados (PEC da jornada, aprovada em 27/05/2026; PLP 12/2024 e PLP 152/2025); noticiário econômico sobre a investigação comercial dos EUA contra o Pix (2026); dados de infraestrutura portuária e industrial do RJ (a consolidar).

ONDE QUEREMOS CHEGAR

Queremos que a segunda maior economia do país seja também uma das maiores geradoras de trabalho digno, e que nenhuma forma de trabalho no Rio signifique ausência de direitos.

Em termos concretos:

- 1.** A escala 6x1 no passado: trabalhador do comércio e dos serviços com dois dias de descanso por semana e o mesmo salário no bolso.
- 2.** O trabalho por aplicativo regulamentado em lei nacional: piso por hora, previdência real, seguro contra acidentes e defesa contra bloqueios, preservando a flexibilidade que os trabalhadores valorizam.
- 3.** A renda da base protegida: salário mínimo com valorização real permanente e Pix gratuito, público e soberano, imune a pressões de governos estrangeiros e de monopólios financeiros.
- 4.** O Rio reindustrializado nas cadeias em que é imbatível: portos, ferrovia, indústria naval e transição energética gerando emprego de verdade na Baixada, em Niterói, São Gonçalo, Itaguaí, no Norte Fluminense e no interior.
- 5.** O emprego novo chegando primeiro a quem mais precisa: jovens, mulheres e trabalhadores dos municípios atingidos pela crise industrial.

3

EIXO 3 DE 5

CUIDADO EM PRIMEIRO LUGAR: SAÚDE, MULHERES E NINGUÉM DESAMPARADO

O Brasil bateu recorde de feminicídios em 2025. E as bets passaram a sugar R\$ 30 bilhões por mês das famílias.

reinventarorio.com

ONDE ESTAMOS

Há um fio que costura a saúde, a proteção das mulheres e o amparo aos mais vulneráveis: o cuidado. É a política pública que chega antes da tragédia. E no Rio de Janeiro, o cuidado ainda chega tarde demais, para muita gente.

Na saúde, o SUS é a diferença entre viver e morrer para a maioria dos fluminenses, mas a fila do especialista, o pré-natal incompleto e o desamparo na velhice seguem sendo rotina nas periferias. O Rio carrega, aliás, um símbolo mundial dessa dívida: Alyne Pimentel, jovem negra de Belford Roxo que morreu grávida em 2002 por falhas no atendimento, tornou-se o primeiro caso de morte materna a gerar condenação de um país em instância internacional, e hoje dá nome à rede federal de saúde materna, a Rede Alyne, criada para garantir pré-natal digno e reduzir a mortalidade materna, que mata mulheres negras em proporção muito maior. Fazer essa rede funcionar plenamente no estado onde Alyne viveu é uma questão de justiça.

Na proteção das mulheres, o Brasil registrou em 2025 o maior número de feminicídios da série histórica iniciada em 2015: 1.568 mulheres assassinadas por serem mulheres, uma média de quatro por dia. O estado do Rio registrou 104 vítimas, o terceiro maior patamar da sua série e a terceira posição nacional; na capital, sete em cada dez vítimas eram negras e três quartos dos crimes aconteceram dentro de casa. Mas 2026 trouxe dois sinais de que a maré pode virar: o primeiro trimestre teve 20 feminicídios no estado, queda de 37% e o menor número para o período desde 2020, e o governo federal lançou, com os três Poderes, o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, que já criou o cadastro nacional de agressores e reduziu o tempo médio de concessão de medidas protetivas de 16 para 3 dias. Prevenção funciona; o desafio é escala.

No amparo a quem tem menos, o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome, mas 22,3% dos lares fluminenses, cerca de 1,5 milhão de domicílios, ainda convivem com algum grau de insegurança alimentar. A rede que segura essas famílias, o SUAS dos CRAS e CREAS, segue sem a proteção de financiamento que saúde e educação têm. E um predador novo entrou na casa das famílias: as bets. O gasto das famílias brasileiras com apostas on-line cresceu 500% em três anos e alcançou cerca de R\$ 30 bilhões por mês em 2026; quatro em cada dez apostadores se endividaram, com perfil predominante de quem ganha até dois salários mínimos, e as apostas já superaram os juros bancários como principal motor do endividamento das casas de baixa renda. O Banco Central estimou que beneficiários do Bolsa Família chegaram a gastar mais de R\$ 3 bilhões por mês em apostas, e a proibição criada para protegê-los segue fiscalizada pelas próprias empresas de apostas. A CPI das Bets do Senado já apontou o caminho; falta transformá-lo em lei.

Fontes principais: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e MJSP/Sinesp (feminicídios 2025); ISP/RJ (Painel da Violência Contra a Mulher 2026); Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (fev/2026); IBGE/PNAD Segurança Alimentar 2024;

ONDE QUEREMOS CHEGAR

Queremos um Rio em que cuidar venha antes de remediar, e em que nenhuma vida dependa da sorte.

Em termos concretos:

- 1.** SUS forte em cada fase da vida: atenção primária perto de casa, fila de especialista encolhendo ano a ano, pré-natal humanizado de verdade e envelhecimento com dignidade.
- 2.** A mortalidade materna caindo, com meta explícita de reduzir a desigualdade racial que mata mais mães negras, fazendo da Rede Alyne uma realidade plena no estado que lhe deu nome.
- 3.** Nenhuma mulher sozinha: a prevenção chegando antes da tragédia, com proteção rápida, rede de acolhimento em todas as regiões e condições materiais para recomeçar a vida.
- 4.** Fome residual e assistência social com financiamento estável, para que nenhum CRAS feche por falta de repasse e ninguém em situação de rua fique invisível.
- 5.** As famílias protegidas da máquina de moer renda das apostas: publicidade contida, vulneráveis blindados e o vício tratado como questão de saúde pública.

4

EIXO 4 DE 5

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CULTURA EM CADA CANTO

600 mil jovens fluminenses estão fora da escola, do trabalho e de qualquer curso.

reinventarorio.com

ONDE ESTAMOS

A juventude brasileira vive o melhor e o pior momento ao mesmo tempo, e a do Rio vive esse paradoxo com mais intensidade que a média.

O melhor: em 2025, o desemprego entre jovens de 18 a 24 anos caiu a 11,4%, a menor taxa da série histórica, e o contingente nacional de jovens que não estudam, não trabalham nem se qualificam caiu ao menor patamar desde 2019. As políticas de permanência escolar estão funcionando: o Pé-de-Meia, a poupança do ensino médio criada em 2024, já acompanha milhões de estudantes, e a educação em tempo integral passou a contar com financiamento específico no Fundeb a partir de 2026.

O pior: mesmo com toda a melhora, o estado do Rio de Janeiro ainda tem 600 mil jovens de 15 a 29 anos fora da escola, fora do trabalho e fora de qualquer curso de qualificação, o equivalente a 17,5% de toda a sua juventude, concentrados nas favelas, na Baixada e nas periferias, exatamente os territórios onde o crime recruta oferecendo o que falta: renda imediata e pertencimento. A queda em relação a 2019, quando eram 874 mil, prova que política pública tira jovem dessa condição; os 600 mil que restam provam que o ritmo é insuficiente. E a evasão segue drenando o futuro: nacionalmente, 8,7 milhões de jovens abandonaram a escola ou nunca a frequentaram, empurrados por trabalho, desinteresse e gravidez precoce.

Na porta da universidade, uma conquista histórica acaba de ser ampliada: a nova Lei de Cotas no serviço público, sancionada em junho de 2025 com origem no Senado, elevou de 20% para 30% a reserva de vagas em concursos federais, incluindo pela primeira vez indígenas e quilombolas, e a revisão da Lei de Cotas universitárias fortaleceu a política que já transformou a cara das universidades públicas. O desafio agora tem dois nomes: implementação (fazer valer cada edital) e permanência (garantir que o cotista que entra consiga ficar e se formar). E há a distância física: os campi de universidades e Institutos Federais ainda estão longe demais da Baixada, da Zona Oeste e do interior profundo.

E há o contrassenso especificamente fluminense que este eixo não pode ignorar: nenhuma juventude do país produz tanta cultura com tão pouco apoio. Do funk ao passinho, do slam à cena audiovisual, das quadras de escola de samba aos estúdios improvisados de favela, a periferia do Rio abastece a identidade cultural do Brasil. As duas maiores leis de fomento cultural da história recente carregam nomes de artistas cariocas, Paulo Gustavo e Aldir Blanc, e ainda assim o financiamento da cultura segue tratado como despesa adiável, dependente de renovação a cada ciclo político.

Fontes principais: IBGE/PNAD Contínua e PNAD Educação (2025-2026, incluindo recorte RJ); Lei 14.818/2024 (Pé-de-Meia); Lei 15.142/2025 e Decreto 12.536/2025 (nova Lei de Cotas no serviço público); Lei 14.723/2023 (revisão das cotas universitárias); legislação do Fundeb e da educação em tempo integral; Política Nacional Aldir Blanc.

ONDE QUEREMOS CHEGAR

Queremos que nascer na favela, na Baixada ou no interior deixe de definir o tamanho do futuro de um jovem fluminense.

Em termos concretos:

1. Nenhum estudante abandonando o ensino médio por precisar trabalhar: a poupança estudantil consolidada como direito permanente e a escola em tempo integral chegando a cada canto do estado.
2. Universidade pública e Instituto Federal ao alcance de quem mora longe do centro, com cotas cumpridas na entrada e assistência estudantil garantindo a formatura.
3. Os 600 mil jovens fora de tudo caindo ano após ano, com busca ativa, primeira oportunidade e meta pública.
4. A cultura da periferia com financiamento estável e equipamento público em cada território: o Estado tratando o que o mundo já reconhece como a maior potência cultural do país.

5

EIXO 5 DE 5

VIVER BEM NO RIO: CASA, ÁGUA, TRANSPORTE E PROTEÇÃO CLIMÁTICA

O aluguel devora a renda de 320 mil famílias, a favela ficou fora da conta do saneamento e um Super El Niño se aproxima.

reinventarorio.com

ONDE ESTAMOS

Este eixo trata do que decide a qualidade de um dia comum: o teto sobre a cabeça, a água na torneira, o esgoto que não volta, o tempo perdido no trajeto e a segurança de que a próxima chuva não vai levar tudo embora. É o eixo do cotidiano, e é nele que a desigualdade fluminense é mais física.

A casa. O Rio de Janeiro tem o terceiro maior déficit habitacional do país, 544 mil domicílios, o maior patamar desde 2016, com 410 mil concentrados na Região Metropolitana. E o componente que mais pesa não é a falta de casa: 58% do déficit é "ônus excessivo", famílias de até três salários mínimos que gastam mais de 30% da renda com aluguel, majoritariamente em lares chefiados por mulheres não brancas. A isso se soma a insegurança fundiária de quem construiu a própria casa e vive há décadas sem documento.

A água e o esgoto. As concessões de 2021 prometeram a universalização até 2033, na esteira do marco legal do saneamento, e os investimentos começaram a andar. Mas 2026 é o ano decisivo: os contratos passam pela primeira revisão quinquenal, com as concessionárias pleiteando inclusive redução de outorga, e é agora que se define se as metas serão cumpridas ou flexibilizadas. E há uma injustiça embutida no desenho contratual que precisa ser dita em voz alta: os investimentos nas áreas classificadas como "irregulares não urbanizadas", ou seja, nas favelas, não são contabilizados nas metas de universalização. Traduzindo: a favela pode ficar sem esgoto sem que a meta deixe de ser batida no papel. Enquanto isso, a Baixada Fluminense segue concentrando os piores índices de esgotamento do estado, com rios que viraram valões correndo entre as casas.

O transporte. A metrópole do Rio impõe aos seus trabalhadores alguns dos maiores tempos de deslocamento casa-trabalho do país. Quem mora na Baixada, em São Gonçalo ou na Zona Oeste e trabalha no centro paga a "tarifa invisível" de horas diárias roubadas da família, do estudo e do descanso, em trens, ônibus e barcas que envelheceram sem investimento à altura, num sistema em que a integração entre capital, Região Metropolitana e interior segue incompleta.

O clima que já mudou. E sobre tudo isso paira o aviso dos cientistas: há alta probabilidade de um Super El Niño se consolidar no segundo semestre de 2026, com efeitos até 2027, podendo ser um dos mais intensos já registrados, ampliando ondas de calor, chuvas extremas e ressacas num planeta já aquecido. O governo federal montou um painel interinstitucional de monitoramento (INMET, INPE, Cemaden, ANA, Defesa Civil) e o alerta é claro: o desastre não é o volume de chuva, é a chuva encontrando décadas de urbanização sem adaptação. No Rio, quem morre no deslizamento, quem perde tudo na enchente e quem não tem para onde ir no calor de 50 graus tem endereço e cor conhecidos. Racismo ambiental é isso: o clima muda para todos, mas mata primeiro na encosta e na beira do valão.

Fontes principais: Fundação João Pinheiro (Déficit Habitacional 2022); contratos de concessão do saneamento fluminense e revisão quinquenal de 2026 (BNDES, agências reguladoras, análises acadêmicas Fiocruz/IPPUR); Sinisa/SNIS

(esgotamento sanitário); IBGE (tempos de deslocamento); Boletim El Niño 2026-2027 do governo federal (INMET, INPE, Cemaden, ANA, SGB, Defesa Civil); Cemaden (eventos extremos de 2025).

ONDE QUEREMOS CHEGAR

Queremos que viver bem no Rio deixe de ser privilégio de bairro.

Em termos concretos:

1. A casa própria e o endereço reconhecido chegando a quem mais precisa, e o aluguel deixando de devorar a renda das famílias chefiadas por mulheres.
2. A universalização de água e esgoto até 2033 cumprida de verdade, com a favela dentro da conta e a Baixada como prioridade, não como resto.
3. O tempo de deslocamento caindo ano a ano, com trilhos e ônibus dignos integrando capital, Baixada, São Gonçalo e interior, e transporte público tratado como direito com financiamento permanente.
4. Nenhuma morte evitável por desastre anunciado: encostas contidas, drenagem feita, alerta funcionando e realocação digna para quem vive onde não dá mais para viver.

O RIO TEM JEITO.

Este é o Rio que vemos: um estado ferido pela desigualdade, mas transbordando de gente, cultura e capacidade de se reinventar. E este é o Rio que queremos: seguro sem ser violento, produtivo sem ser injusto, cuidadoso com quem mais precisa, educador da sua juventude e preparado para o clima que já mudou.

As respostas para cada desafio deste manifesto estão nas 20 propostas do nosso Documento de Compromisso, prontas para serem assumidas publicamente por quem quer representar o Rio de Janeiro no Senado Federal.

O estado do Rio de Janeiro tem jeito. E agora tem assinatura.

LEIA AS 20 PROPOSTAS E ASSINE: reinventarorio.com

REINVENTAR O RIO

Um projeto da sociedade civil fluminense, organizado pela **Indica**